

CLIPPING

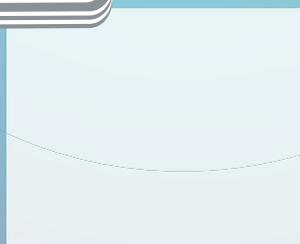


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Reajuste de tribunais custará R\$ 6,15 mi

Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM) querem concessão de data-base

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o dos Municípios (TCM) enviaram projetos de lei à Assembleia Legislativa, que preveem a concessão da data-base dos servidores dos dois órgãos, estipulada em 3,43%, para ambos, com validade retroativa a 1º de maio de 2019. O impacto financeiro estimado pelos dois órgãos, de maio a dezembro deste ano, será de R\$ 6,15 milhões.

No caso do TCE, o presidente do órgão, conselheiro Celmar Rech diz que o impacto financeiro mensal, conforme estudos realizados pelo setor especializado da Corte, será de R\$ 370.058,22, totalizando R\$ 2,96 milhões ao final deste ano. “Em relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal, a concessão da presente revisão alcançaria o índice de 1,21%, portanto, abaixo do índice de alerta de 1,22%”, argumenta Rech.

Em relação ao cálculo do índice definido o presidente do TCE afirma que o órgão utiliza o método adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), previsto em resolução interna, computando em sua despesa com pessoal aquelas referentes às pensões e os valores do imposto de renda retidos na fonte, em consonância com o recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu liminarmente a eficácia da emenda à Constituição do Estado de Goiás nº 54/2017 e os artigos 2º e 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 55/2017.

Celmar Rech se refere à decisão do plenário do Supremo, tomada na semana passada, que suspendeu a eficácia da Emenda 54 e artigos da Emenda 55, ambas de 2017. Elas estabeleceram limites de gastos correntes aos poderes estaduais e aos órgãos governamentais autônomos até 31 de dezembro de 2026. Os ministros concederam integralmente medida cautelar solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na



Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Celmar Rech afirmou que o impacto financeiro mensal será de R\$ 370.058,22

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6129.

O presidente do TCE informa ainda que a Receita Corrente Líquida utilizada no cálculo do índice foi obtida a partir da receita realizada de janeiro a agosto de 2019, somada à estimativa de receita corrente líquida para os anos de 2019, 2020 e 2021, conforme metas fiscais da Lei nº 20.245 de 26 de julho de 2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No caso da concessão da revisão geral anual do TCM, o presidente do órgão, Joaquim de Castro, argumenta que o benefício visa repor, a partir de maio de 2019, as perdas salariais resultantes de desvalorização do poder aquisitivo da moeda nacional, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que conforme divulgação feita pelo IBGE, foi de 3,43%, em

2018. “Ressalto que a propositura é possível de ser atendida, uma vez que não compromete os índices da Despesa Total de Pessoal do Tribunal e não gera impacto financeiro significativo, além de estar em sintonia com as Constituições da República e do Estado”.

Conforme explica Joaquim de Castro, mesmo estando afastada a ocorrência de superação aos limites impostos na LRF, é importante destacar a especial condição que reveste a Revisão Geral Anual, “direito constitucionalmente previsto no artigo 37, da Constituição Federal, e artigo 92 da Constituição Estadual, que se traduz não em um aumento em si, mas na verdade em reposição do poder aquisitivo, com periodicidade anual, destinado a manter o equilíbrio da situação finan-

ceira dos servidores”.

“A própria LRF dá essencial tratamento à concessão da Revisão Geral Anual, com previsão contida em seu artigo 22, parágrafo único, I, incluindo esta revisão entre suas poucas exceções à vedação ao aumento das despesas com pessoal na constância de eventual extrapolamento do limite prudencial, ao lado dos aumentos provocados por sentença judicial ou determinação legal”, pontua.

Regime Fiscal

Castro explica que mesmo que o Estado venha a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) da União, previsto na Lei Complementar nº 159/2017, ainda assim não haverá óbice à concessão da data-base. De maio a dezembro deste ano, o impacto financeiro causado pela revisão

geral será de R\$ 3,19 milhões, considerando o valor mensal, que é de R\$ 399.946,43. “Entendemos, ainda, que a propositura é passível de ser atendida, uma vez que não compromete os índices da Despesa Total de Pessoal deste Tribunal e não gera impacto financeiro substancial”, reitera o presidente do TCM.

A Divisão de Finanças e Contabilidade do TCM, em parecer sobre a previsão de aumento de despesa com a data-base, a partir de maio de 2019, não irá descumprir o limite de gasto com pessoal, que é de 0,67%, conforme termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Salaria que o índice atual da despesa com pessoal é de 0,50% da Receita Corrente Líquida, e que nos dois próximos exercícios o índice permanecerá inalterado, tendo em vista o crescimento da receita estadual previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 20.245, de 26 de julho de 2018.

O impacto financeiro dos reajustes propostos pelo TCE e TCM alcançará R\$ 6,15 milhões, em 2019.

“Ressalto que a propositura é possível de ser atendida, uma vez que não compromete os índices da Despesa Total de Pessoal do Tribunal e não gera impacto financeiro”



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Mais dois

Os tribunais de contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM) enviaram suas datas-bases à Assembleia Legislativa. Os dois órgãos estão adequados à decisão do STF sobre gastos com pessoal.

Dinheiro

Os projetos do TCE e do TCM têm impactos mensais previstos de R\$ 370 mil e R\$ 399,9 mil, respectivamente.



Estado transfere conta de luz de GOs para municípios

ENERGIA Corte gradativo ocorre a pedido da Goinfra, que solicitou à Enel que transfira para prefeituras a conta sobre o serviço de trechos urbanos; medida atinge cerca de 3 mil pontos de iluminação pública

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

A Enel Distribuição Goiás iniciou o desligamento gradativo de 3 mil pontos de iluminação pública localizados em trechos urbanos de rodovias estaduais que passam por municípios da Região Metropolitana de Goiânia. A intervenção ocorre após pedido da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) para que a empresa retire do órgão a responsabilidade pelo serviço e pagamento das faturas de energia, transferindo-a para os municípios.

As cidades de Trindade, Nerópolis e Golanira já informaram à Enel que assumirão o pagamento pelo serviço. Mas, até ontem, a distribuidora ainda aguardava o posicionamento dos municípios de Inhumas, Caturai, Aragoilândia, Golanira, Bela Vista de Goiás e Senador Canelo. Também entra na lista, a cidade de Itauçu, que não faz parte da Região Metropolitana, e fica a pouco mais de 70 quilômetros da capital.

O prefeito de Trindade, Jânio Darrot (PSDB), afirma que o município deve gastar cerca de R\$ 42 mil por mês com a nova despesa, o valor corresponde a pouco mais de R\$ 500 mil por ano. Entretanto, Jânio diz que deve levar o caso à Justiça. "Vou assumir a despesa por parte da cidade não ficar no escuro. Mas vamos discutir juridicamente de quem é a competência do serviço. A rodovia é estadual e simplesmente passaram o serviço para o município", afirma o prefeito.

Jânio diz ainda que solicitou à Enel relatório sobre as condições da rede de iluminação das rodovias que passam pela cidade (060, 050 e 469). "Quero receber os equipamentos em perfei-



Wildes Barbosa

Trecho urbano da Rodovia GO-060, no município de Trindade: prefeito Jânio Darrot (PSDB) afirma que vai acionar o Estado na Justiça

tas condições. Hoje tem muita lâmpada queimada e até problemas no cabeamento."

Apesar de ainda não ter informado oficialmente sua posição à Enel, o prefeito de Inhumas, João Antônio Ferreira (PSD), disse à reportagem que também assumirá o custo do serviço dentro do perímetro urbano, para que a cidade não fique sem energia elétrica no trecho da rodovia. "Acredito que a decisão deveria ter sido mais democrática, tinham que ter discutido com os prefeitos. Mas a decisão veio de cima para baixo e tivemos que engolir. Apesar de a rodovia

ser de competência do Estado, não está resolvendo muita coisa. Aqui a prefeitura já teve que fazer a sinalização e cobrir buracos", diz João Antônio.

RESPONSABILIDADE

Em nota, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Goiânia (Seinfra) informou que o município não possui a titularidade das rodovias estaduais e nem das federais e só pode atuar na iluminação pública se tiver um instrumento legal e juridicamente perfeito que o obrigue a assumir o serviço. "Caso contrário, a responsabilidade



Acredito que a decisão deveria ter sido mais democrática, tinham que ter discutido com os prefeitos"

**João Antônio Ferreira (PSD),
prefeito de Inhumas**

de do Governo do Estado ou do Governo Federal", diz o texto.

Também por nota, a Goinfra disse que "nos termos da Constituição Federal, é de competência dos municípios a manutenção da rede e o custeio da tarifa de energia do serviço de iluminação pública nas rodovias estaduais no âmbito do perímetro urbano e de expansão urbana".

As cidades foram notificadas sobre a mudança em julho. De acordo com a Enel, até agora, o Estado pediu que a Goinfra não seja mais responsável pelo pagamento do serviço apenas nas cidades citadas.

Prefeitos dizem que vão tentar "sensibilizar" o governo

Prefeitos, representantes da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), da Enel Distribuição Goiás e da Associação Goiana de Municípios (AGM) têm reunião marcada na sexta-feira (20). De acordo com o presidente da AGM e prefeito de Hidrolândia, Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), o objetivo é sensibilizar o governo estadual em relação à situação financeira dos municípios e pedir que o desligamento não seja realizado

neste ano. "Queremos que a mudança comece pelo menos no ano que vem, pois a despesa não está prevista no orçamento dos municípios. Todo o Estado transita nessas rodovias, elas não são de uma só cidade", afirma Paulo Sérgio.

A Enel informou por nota que tem realizado tentativas para mediar a negociação entre as prefeituras municipais e a Goinfra. A reportagem questionou a agência sobre o valor que o Esta-

do deve economizar ao deixar de pagar pela iluminação pública nas nove cidades, mas foi informada que o órgão aguarda a reunião de sexta-feira para divulgar os dados.

APARECIDA

Parte do trecho urbano da GO-040 localizado entre os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia já teve a iluminação desligada, apesar de o município não constar na lista divulga-

da pela Enel.

O secretário de Desenvolvimento Urbano de Aparecida, Max Menezes, conta que a Goinfra notificou a prefeitura e, após parecer da procuradoria, o município decidiu assumir parte das despesas. "Mas metade da rodovia é de responsabilidade de Goiânia. Estive como o secretário de Infraestrutura da capital, Dolzonan Matos, e vamos procurar o Estado para assinarmos juntos um termo de coope-

ração em relação à iluminação da GO-040", afirma Max.

Especialista em Direito Público e conselheiro da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Wandir Allan explica que a responsabilidade da iluminação pública é, em geral, do município. "Existe essa discussão por se tratar da rodovia. Mas é o município que arrecada tributo referente à iluminação pública", afirma o especialista.



Votação sobre pedágio é adiada

ASSEMBLEIA Governo tenta assegurar votos suficientes para derrubar em segundo turno projeto de lei que desautoriza Estado a licitar trechos de rodovias estaduais; data para concluir votação não foi definida

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Previsto para ser votado no plenário ontem, em segundo turno, o projeto de lei que desautoriza a concessão de seis estradas estaduais não foi colocado em pauta. Isso porque, apesar da orientação expressa do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), para que a base aliada votasse contra, o governo não tinha garantias de que conseguiria derrubar a matéria. Ainda não há data definida para que a votação seja concluída.

Conforme mostrou O POPULAR, o projeto, de autoria de Alysson Lima (PRB), passou em primeira votação e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sem alarde e sem interferência dos articuladores do governador Ronaldo Calado (DEM). Na CCJ, a tramitação foi acompanhada por Zé Carapó (DC), que atua como vice-líder, e, depois, no plenário, pelo líder – informação que Bruno contesta.

Depois da aprovação, Bruno disse à reportagem que pro-

curaria a Agência Golana de Infraestrutura e Transportes (GoInfra) e que, a partir da manifestação do órgão, orientaria a base. Ontem, em mensagem enviada aos deputados, ele afirmou que o governador era contrário ao projeto, “até mesmo por vício de origem”.

Na prática, o projeto de Alysson revoga a Lei nº 19.999, de fevereiro de 2018, que permitiu ao governo conceder, com licitação na modalidade de concorrência, a prestação dos serviços de “operação, manutenção, conservação, monitoramento e implantação de obras de infraestrutura” nas GOs 010, 020/330, 060, 070, 080 e 213.

Ontem, Bruno Peixoto declarou que foi contrário ao projeto original, mas que, considerando que já teriam sido feitos investimentos por parte do governo na concessão, avalla agora que não era o caso de revogar a permissão. Em 2018, a antiga Agência Golana de Transportes e Obras (Agetop), hoje GoInfra, chegou a abrir processo de licitação para as rodovias, mas não encontrou inte-



Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo: antes contra, agora a favor de projeto

ressados.

“Houve investimento do governo do Estado, elaborando lotes, fazendo mapeamentos; houve gastos do Poder Executivo após a aprovação da lei. E vejo que há um vício de origem nesse projeto”, afirmou Bruno, para quem só o governador pode fazer este tipo de proposta.

PEDÁGIOS

Perguntado se Calado tem, de fato, interesse em instituir os pedágios, o líder negou. Nos bastidores, contudo, a informação é de que o democrata já estaria pensando nessa possibilidade e que isso, inclusive, pode ter motivado o destravamento da tramitação da maté-

ria, que estava parada desde abril na CCJ. Naquele mesmo mês, aliás, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, declarou ao POPULAR que a privatização de rodovias estava, sim, nos planos do governo.

No colegiado, o projeto aguardava manifestação da GoInfra, a pedido do deputado Álvaro Guimarães (DEM). Ele estava na CCJ pela segunda vez, depois de ter sido emendada em plenário por Bruno Peixoto, que pediu a rejeição justamente porque via vício de iniciativa.

Sem resposta da agência estatal e sob pressão dos colegas, que lembraram que uma resolução aprovada na Assembleia neste ano estabelece prazo de até 90 dias para que órgãos públicos respondam as diligências, Álvaro teve que recuar e apresentou relatório favorável.

Ainda que a base contrarie a orientação da liderança e o projeto de Alysson seja aprovado, o governador tem a prerrogativa, posteriormente, de vetá-lo. Nesse caso, Bruno já adiantou que trabalhará para manter o veto.

Douglas Schinatto

OPÇÃO (17/09)



Contas Públicas

Caiado diz que decisão do STF significa corte de R\$ 130 milhões na folha dos servidores

17/09/2019 11:35 --- Por Rodrigo Hirose ---

Governador, que já falou com Dias Toffoli, se reunirá com Ricardo Lewandowisk para buscar uma saída para reenquadramento do Estado na LRF



O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou hoje que o governo terá de cortar entre R\$ 130 milhões na folha de pagamento, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que as Emendas Constitucionais 54 e 55, aprovadas em 2017 pela Assembleia Legislativa, são inconstitucionais. As emendas retiraram da contabilidade de gastos com pessoal, para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os custos com pensionistas e com o imposto de renda retido na fonte de servidores públicos.

“Tenho menos de nove meses de governo e, de repente, somos obrigados a demitir o valor em R\$ 130 milhões em salários. Temos de achar uma modulação, uma forma de sobrevivermos, investir em saúde, educação e segurança e também [a sobrevivência] dos servidores, sejam comissionados ou efetivos”, disse o governador, em entrevista à Rádio Bandnews Goiânia, na manhã desta terça-feira, 17.

O valor citado pelo governador representa aproximadamente 11% do total da folha dos servidores. Em agosto, conforme o Portal da Transparência, o pagamento do funcionalismo custa R\$ 1.096.169.122,85.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal, também disponível no Portal da Transparência, o comprometimento da Receita Líquida do Estado com a folha de pagamento foi de 43,43% no primeiro quadrimestre. Com a mudança na base de cálculo, decorrente da decisão do STF, esse percentual dobrará, segundo estimativa do governo. “A realidade hoje é que Goiás consome, se tomarmos como parâmetro o que arrecada, 82% com folha de pagamento”, afirmou Caiado. O cálculo exato ainda está sendo feito pela Secretaria da Economia.

Outros poderes

O governador afirmou ser inviável fazer o ajuste em dois quadrimestres, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, irá ainda nesta terça-feira à Brasília, onde se encontrará com o ministro do STF Ricardo Lewandowisk. Caiado disse, ainda, que já manteve contato com o presidente da corte, Dias Toffoli, para tratar da questão.

O democrata reforçou que tem discutido com outros poderes uma solução para questão. “Na sexta-feira [vou me reunir] com o Tribunal de Justiça de Goiás, com a Assembleia Legislativa, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado. Não tomo decisão sozinho, tenho humildade de chamar todos os poderes para juntos decidirmos um rumo. Em todos os momentos mais críticos, chamo os presidentes dos poderes e tomamos uma decisão conjunta”, afirmou.

A Assembleia Legislativa é que ficará com a situação mais delicada. Segundo o presidente Lissauer Vieira (PSB), a estimativa é que o legislativo tenha de demitir 50% dos servidores comissionados para se adequar aos novos limites.

OPÇÃO (17/09)



Saúde

Audiência pública discute troca de OS no Hugo

17/09/2019 12:14 Por Leicilane Tomazini

Reunião será realizada na tarde desta terça-feira, 17, na Assembleia Legislativa de Goiás com profissionais do hospital e representante da SES



Foto: Divulgação

Será realizada nesta terça-feira, 17, na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), uma audiência pública com profissionais do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), para debater assuntos de interesse da classe, como carga horária, demissões em massa, redução de salários e transparência na transição das OSs.

Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde, recebeu, na semana passada, um alerta dos funcionários para o risco de demissões em massa no hospital, fato que poderia prejudicar a qualidade dos serviços prestados à população goiana.

O Hugo está em processo de troca da organização social responsável pela administração dos serviços, e os funcionários temem que as mudanças possam prejudicar suas atividades. Participarão da audiência, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos e membros de equipes multiprofissionais, além de representantes da Secretaria da Saúde e da OS que administra o hospital.

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) informou que trabalha para que a sucessão na gestão do Hugo, entre o Instituto Haver, atual gestora, e Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), OS vencedora do certame, seja realizada de forma responsável, tranquila e respeitosa com os trabalhadores e com a população. “O objetivo é garantir a continuidade dos serviços e atendimentos do hospital e evitar prejuízos para o Estado, para o serviço público, para os trabalhadores e para o cidadão”.

No que diz respeito à situação dos trabalhadores celetistas da unidade, a secretaria informou que os critérios adotados para contratação e desligamento competem à nova OS, a qual deve atuar para manter a qualidade dos serviços e cumprir o contrato de gestão com as metas estabelecidas, assegurando a assistência aos cidadãos. E reitera que busca assegurar que os direitos trabalhistas sejam preservados durante a transição.